

AS NORMAS E O MERCADO DA HORTICULTURA: inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais

LES NORMES ET MARCHÉ DE L'HORTICULTURE : l'insertion des agriculteurs d'Ibiúna (SP) nous circuits socioespaciais

Elisangela Couto

Mestre em geografia pela Universidade de São Paulo

Email: portuscouto@yahoo.com.br

Resumo: A partir de um conjunto de ações que tendem tornar o território um recurso utilizado por grupos corporativistas, novas formas de usos do tempo e do espaço começam a surgir no território brasileiro. Em Ibiúna, município que fica cerca de 60 km da capital paulista, esses usos são absorvidos a partir das necessidades mercadológicas. Para ratificá-los, é preciso que haja a legitimidade que se dá a partir do envolvimento de esferas públicas e privadas que constroem direta ou indiretamente normatizações que reorganizam esses usos e impõem aos agricultores o que deve ser produzido.

Palavras-chave: Mercado. Horticultura. Atividades não-agrícolas. Normas. Cinturão verde.

Resumé: À partir d'un ensemble d'actions qui tendent à rendre le territoire une ressource utilisée par des groupes corporativistas, de nouvelles formes d'utilisations du temps et de l'espace commencent à apparaître sur le territoire brésilien. Dans Ibiúna, ville qui reste environ 60 km du capital de São Paulo, ces utilisations sont absorbées à partir des nécessités commerciales. Pour les ratifier, il faut qu'il y ait la légitimité que si de à partir de l'engagement de sphères publiques et privées qui construisent directe ou indirectement normatizações lequel réorganisent ces utilisations et imposent aux agriculteurs ce qui doivent être produits.

Mot'clé: Marche. Horticulture. Activités ne sont agricoles. Normes. Vert de ceinture.

Introdução

Na contemporaneidade, as redes traduzem de forma simultânea como o espaço geográfico mundial torna-se cada vez mais conhecido pela humanidade e são, em grande parte, responsáveis pela difusão e transmissão de novos conteúdos transformadores dos espaços locais, coordenados por ações e contextos mundiais. Baseados na relação Dinheiro e Poder, os usos espaciais das redes permitem uma maior racionalidade do espaço geográfico tendo como alguns dos pilares mais importantes um crescente acúmulo de capitais destinados aos fins do sistema em questão, capitalista.

O território brasileiro é constituído de lugares que apresentam contigüidades e redes. É no lugar, sinônimo de espaço vivido, que desembocam todas as ações, todas as paixões, todas as forças e fraquezas da existência humana, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza. Sendo assim, o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, pelos acontecimentos solidários, a partir dos quais são definidos os usos, valores e coexistências do tempo e espaço (SANTOS, 1996).

Assim, o município de Ibiúna, interior do Estado de São Paulo, tornou-se uma parcela importante para o entendimento da totalidade socioespacial. Totalidade concreta que nos dizeres de Kosik (1976) está posta como realidade de um todo estruturado, dialético, no qual um fator qualquer pode vir a ser racionalmente apreendido, pois cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo.

Os lugares que atingiram maior racionalidade modernizadora no âmbito das atividades agrícolas são aqueles que estão envolvidos por ações de grandes agentes empresariais e políticos. Assim, o que chamamos de modernização diz respeito às bases estruturais técnicas, científicas e informacionais que ocorreram mais consistentemente a partir do período pós-segunda guerra mundial, que tem como um dos eventos marcantes a Revolução Verde, iniciada nos Estados Unidos da América. Contudo, a partir do início da década de 1970, a agricultura brasileira apresenta mais um marco de modernização com o desenvolvimento do capitalismo agrário e a expansão das fronteiras agrícolas que colocavam o Brasil como um país subdesenvolvido industrializado (SANTOS ; SILVEIRA, 2001).

Em Ibiúna, além dos usos tradicionais do espaço agrícola, encontram-se novas atividades agropecuárias que, em função da criação de necessidades e invenções mercadológicas, despontam como um importante referencial que está sendo construído no município. É o caso das atividades que envolvem a agricultura orgânica e a criação de cabras e avestruzes que, na realidade, selecionam os mercados consumidores em que esses produtos devem ser destinados.

O uso agrícola do município de Ibiúna, fração que integra o território, fornece alguns indícios de como este vem sendo usado, a partir de normas que têm como características o controle político, econômico e social, de acordo com os objetivos das racionalidades corporativistas.

O cinturão verde e suas relações com Ibiúna

O deslocamento do cinturão verde na década de 1980 esteve associado principalmente ao crescimento urbano da cidade de São Paulo, pois se, de um lado, fora aumentada a demanda por produtos hortícolas, de outro, esse processo empurrou para lugares mais distantes as atividades agrícolas (como foi o caso de Ibiúna) que antes eram realizadas nos arredores da região metropolitana.

Os produtos com menor durabilidade afastaram-se menos, como é o caso da alface que, nos últimos anos, é um dos produtos mais cultivados em Ibiúna, enquanto os legumes como tomate e pimentão, foram para áreas mais distantes. Como em geral a agricultura de Ibiúna recebeu novas tecnologias, isso acabou por favorecer a diversificação de seus produtos. Dessa forma, a produção de folhosas no município é realizada principalmente para o abastecimento regional que envolve distâncias que não ultrapassam 300 km. Somente o Estado de São Paulo produz cerca de 40% da produção nacional de folhosas e, colabora no abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SAA, 2003). Estar próximo ao mercado consumidor é um grande avanço para o tipo de produto que Ibiúna comercializa.

A entrada de tecnologias, associadas ao novo período técnico científico e informacional (SANTOS, 2002), colaborou para o desenvolvimento da atividade hortifrutigranjeira que demonstrou, desde o início, requerer condições propícias para um bom desempenho, sendo necessária a aplicação de uma variedade de técnicas agronômicas e a utilização de insumos industriais. Nesse sentido, a crescente especialização em tornar áreas inapropriadas em férteis é uma das principais características do binômio ciência e técnica.

A ampliação das zonas hortifrutigranjeiras e a criação das áreas especializadas acompanham, “O processo de crescimento dos mercados paulistano e carioca, sobretudo, a criação de importantes centros de produção, mais ou menos especializados, em áreas distantes do principal mercado: a cidade de São Paulo” (SEABRA, 1969, p.221). Na mesma direção, a criação de organizações dava suporte para o deslocamento dessas atividades, uma vez que foram criadas: as CEASAs; Paraná, Recife e Porto Alegre.

Diante do afastamento de determinados cultivos, os EDR (Escritórios de Desenvolvimento Rural) foram reorganizados de acordo com a especialização a que cada um deve desempenhar. Ao analisar os principais produtos de Ibiúna, foi feita uma pesquisa de quais outros municípios produziam os mesmos cultivos, como também quais cultivares que se destacaram em outros EDRs¹, no ano de 2005. Dessa forma, o EDR de Mogi e Sorocaba (este último integra Ibiúna) são os líderes na produção de alface, brócolis e cenoura. O EDR de Sorocaba mantém destaque, pois possui sozinho o predomínio de cebola, couve-flor e repolho, seguido pelo EDR de São Paulo que também leva vantagem na produção desses cultivos. Os EDRs de Jaboticabal e de São João da Boa Vista ficam na terceira posição nos cultivos da cebola e do repolho.

É observada a importância do EDR de Sorocaba, que aparece como protagonista no cultivo de alguns principais produtos do cinturão verde de São Paulo. Todavia, a EDR de Mogi das Cruzes também tem grande destaque.

Os dados da tabela 1 demonstram o predomínio do EDR de Sorocaba no escoamento da produção da abobrinha, da beterraba e do repolho, enquanto houve uma maior participação do EDR de Mogi em relação ao pimentão e à alface. Assim, o EDR de Sorocaba foi um dos principais responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana em 2005, em relação aos produtos da tabela. Os dados demonstram ainda a superioridade do EDR de Sorocaba sobre o de Mogi das Cruzes, demonstrando que muitos produtos apresentam índices acima de 30%.

Tabela 1 – Produção dos EDRs Mogi das Cruzes e Sorocaba (%), 2005

EDR 2005	Abobrinha	Alface	Beterraba	Cenoura	Pimentão	Repolho	Total de todos os EDR*
Mogi das Cruzes	7,43	28,37	34,34	20,40	13,65	13,91	100%
Sorocaba	16,55	6,71	35,11	35,40	4,22	46,01	100%

*total de 40 EDR. Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Ano: 2005. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Um ponto importante a ser levantado refere-se à diminuição da área produzida dessas culturas e, por outro lado, ao aumento da produção. Assim, as novas tecnologias utilizadas no campo são as responsáveis pela redução da área e pelo aumento da produtividade dos cultivares no território brasileiro. Todavia, se houve uma redução da área houve também concentração entre os *agentes hegemônicos* que ditam os circuitos de produção, as tecnologias utilizadas e as sementes que os agricultores devem adquirir.

Em Ibiúna, os agricultores, trabalhadores cooperados e trabalhadores dos *circuitos inferior e superior* garantem a realização das formas de produção e comercialização do EDR de Sorocaba, mesmo sendo submetidos às normas, às idéias e ao capital de agentes externos. No processo de abastecimento da região metropolitana, a horticultura envolve um conjunto de pessoas e lugares que são dependentes entre si para que a realização das formas de produção e de comercialização extrapole a esfera local e siga para outros Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Um dos principais colaboradores no processo de racionalização de produção e comercialização da horticultura é a CEAGESP. Por meio dessa organização passam diariamente toneladas de produtos vendidos em todo o país. Grande parte das hortícolas folhosas vem do município de Ibiúna que se torna um dos principais responsáveis pelo escoamento e abastecimento de hortaliças nos mercados da região metropolitana de São Paulo.

A importância de Ibiúna para o abastecimento da CEAGESP

Conforme entrevista recente, Watanabe (2007) aponta que a CEAGESP contribui com algo em torno de 60% do comércio de hortaliças do país. Na atualidade, conforme Watanabe (2007)ⁱⁱ: “Quem mais compra aqui são supermercados, feiras, varejão, sacolões e consumidor”.

Contudo, verifica-se que a organização vem perdendo o mercado de produtos para os supermercados, principalmente porque essas redes detêm cerca de 50% das vendas de produtos hortifrutigranjeiros. Grandes redes varejistas, como os supermercados, vêm criando suas próprias centrais de compras para o setor de hortifrutigranjeiros e apresentam entre outros fatores um menor custo logístico, decorrência de pedidos mais concentrados (negocia-se de uma só vez todos os pedidos), operações de carga e descarga mecanizadas etc.

Hoje a movimentação de mercadorias das CEASAs responde também por cerca de 60% do abastecimento de hortícolas da Grande São Paulo. Verifica-se, desse modo, sua grande atuação na comercialização de hortícolas e armazenagem de grãos, conforme afirmado por Watanabe que apontou para a importância do fator distância como

condicionante da produção da alface, que é um dos produtos menos resistentes. Ainda de acordo com Watanabe, na CEAGESP, no ano de 2006, as relações comerciais concentravam-se entre nove empresários, num total de 150. Esse pequeno número detinha as vendas de mais de 50% do volume dos produtos como repolho, brócolis, alface, cenoura, batata etc.

Contudo, os dados da tabela 2 indicam uma redução da entrada de produtos provenientes de Ibiúna entre os anos de 2004 e 2006, com exceção ao coentro e à salsa.

Tabela 2 – São Paulo - Comercialização na CEAGESP/SP dos produtos cultivados em Ibiúna (em toneladas) 2004-2006

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	37.151	4.411	6.526	968	2.232	1.393	1.061	1.230
2005	32.318	4.547	7.710	795	1.450	1.297	1.005	1.924
2006	27.788	2.754	6.279	989	1.659	1.211	1.108	804

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Todavia, é necessário frisar que, embora a CEAGESP esteja perdendo mercado, ainda é o principal colaborador da entrada dos produtos de Ibiúna. Também controla e forma preços nacionais e, conforme Santos e Silveira (2001, p.149), é um importante órgão de regulação dos calendários da circulação de mercadorias, interferindo nos circuitos de produção, uma vez que oferece locais de armazenagem e serviços como operações em bolsas de mercadorias.

A tabela 3 demonstra que, em geral, alguns produtos cultivados no Estado de São Paulo e que mantêm relações com a CEAGESP, tiveram queda no volume, como é o caso do repolho, do coentro, da couve-flor e da escarola. Já outros, como o brócolis, a alface e o pimentão, tiveram aumento de entrada.

Tabela 3 – São Paulo – Produtos que deram entrada na CEAGESP/SP, 2004 a 2006 (em toneladas)

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	62.216	14.758	27.263	2.147	10.296	4.791	2.594	35.914
2005	63.951	14.447	28.003	1.789	8.859	5.028	2.454	38.085
2006	61.351	17.410	28.169	1.726	9.736	4.562	2.697	41.336

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

Quando sobrepostos os dados das tabelas 2 e 3, observa-se que é bastante significativa para a CEAGESP a parceria com o município de Ibiúna, uma vez que produtos como o repolho, o coentro e a salsa atingem mais de 40% do total geral das entradas na organização. Os dados da tabela 4 demonstram que, de 2004 a 2006, há uma redução de participação de Ibiúna em relação à quantidade total que entrou na CEAGESP, com exceção dos cultivos do coentro, com 57,30%, e da salsa, com 41,08%, que tiveram aumento na participação.

Tabela 4 – São Paulo - Porcentagem (%) da entrada dos produtos de Ibiúna (SP) em relação à quantidade total que entra na CEAGESP/SP, 2004-2006

Ano	Repolho	Brócolis	Alface	Coentro	Couve-flor	Escarola	Salsa	Pimentão
2004	59,71	27,99	23,93	45,08	21,67	29,07	40,90	3,42
2005	50,53	31,47	27,53	44,43	16,36	25,79	40,95	5,05
2006	45,29	15,81	22,29	57,30	17,03	26,54	41,08	1,94

Fonte: CEAGESP – entrevista realizada por nós em 15 de janeiro de 2007 com Hélio Watanabe e Cláudio I. Fanale. Organização da tabela: Elisângela Couto.

A CAISP (Cooperativa Agropecuária de Ibiúna) como impulsionadoras do setor de produção e comercialização no município

Fundada em 1995, por um grupo de japoneses, a CAISP comercializa a produção da horticultura convencional, orgânica, higienizada e hidropônica. Atende uma ampla rede de supermercados: Extra, Barateiro, Pão de Açúcar, Sonda, Big, Roldão, Rikoy, Macro, Pastorinho, Assai, além de pequenas e médias lojas de hortifrutigranjeiros da capital. É a maior fornecedora da região para redes de supermercado da grande São Paulo, interior e baixada santista (JORNAL DA ECONOMIA, 2005). O quadro de cooperados abrange 28 agricultores, que são responsáveis pelo abastecimento da capital, interior e litoral.

Dos 28 associados, 16 são cooperados convencionais, 12 orgânicos e, por volta de 30 agricultores não associados que colaboram com a CAISP, devido ao fato dos cooperados não conseguirem absorver a demanda do mercado. Conforme entrevista com o agrônomo responsável Cláudio Markuns (2007), a cooperativa procura abastecer o mercado em todo o período do ano, uma vez que faz programações de cotas que devem ser cumpridas pelos agricultores mensalmente. A questão das cotas é um instrumento de controle que garante a entrega pontual das mercadorias. Sem essa

racionalização da produção, a CAISP não estaria entre as cooperativas que mais crescem na atualidade, conforme apontou Markuns.

A CAISP coloca no mercado, mensalmente, de 45 a 60 toneladas de hortaliças que abastecem mais de 100 lojas espalhadas pelo litoral, interior e capital. Os produtos que mais ganham destaque na cooperativa são: a alface, o cheiro verde, a escarola, a rúcula, o repolho e a couve-flor.

Não existem vínculos com a CEAGESP, por a CAISP acreditar que não há vantagens de comercialização, uma vez que os preços pagos são muito inferiores aos dos supermercados. As exigências e atrasos nos pagamentos são outros problemas que a cooperativa enfrentou na negociação com essa organização. Os maiores lucros da cooperativa vêm em primeiro lugar da comercialização hidropônica. Em segundo, aparece a produção orgânica que, desde meados da década de 1990, vem ganhando mercado. Em terceiro, aparece a produção convencional.

A procura por produtos que apresentam diferenciais que agregam valor, como é o caso dos hidropônicos (com maior durabilidade e mais fáceis de limpar) e dos orgânicos (ausência de agrotóxicos), acaba por selecionar a classe socioeconômica que irá consumir os produtos, uma vez que esses apresentam preços mais elevados que os convencionais. Dessa forma, a cooperativa acaba por direcionar o destino da produção. Uma vez que o mercado tem preferências, a cooperativa acaba restringindo a atuação dos cooperados convencionais e dá prioridade àqueles agricultores que apresentam maior agregação de valor nos produtos e que por isso trazem maior taxa de lucros à cooperativa.

Em relação aos cultivares orgânicos, para Markuns, o mercado de orgânicos ainda está pouco valorizado, pois “muitos entram na agricultura orgânica por causa da lucratividade e depois adquirem essa consciência ambiental do solo, saúde etc”.

Os associados da CAISP comercializam também com outros órgãos empresariais. Já os não associados são responsáveis por grande demanda e são bastante influentes na cooperativa, uma vez que sua participação torna-se fundamental para o abastecimento dos mercados. Durante todos os meses eles são acionados para suprir a falta de produtos.

Outro problema encontrado não somente na CAISP como em outros tipos de relações comerciais, está associado ao capital. Na cooperativa, os custos administrativos

com os agricultores estão distribuídos na provisão, manutenção, emissão de notas fiscais etc., que, somados, giram em torno de 56%. Ou seja, se o agricultor vende uma unidade de alface por R\$ 1,00, cerca de R\$ 0,56 fica para a cooperativa, soma-se a isso os descontos com frete, produção, embalagem etc. Dessa forma, o agricultor não consegue grandes vantagens nessa relação comercial. O próprio agrônomo admite que os custos estão altos. Em contrapartida, argumenta que as taxas são necessárias, uma vez que há dificuldades de inserção no mercado, principalmente nas grandes redes, como o Pão de Açúcar, que cobra um desconto financeiro de 13,5%, somente para estabelecer relações comerciais com a CAISP. Essa rede de supermercados é a maior cliente da cooperativa, fornecendo cerca de 45% da renda total da cooperativa.

Existem importantes funções das cooperativas agropecuárias que auxiliam a geração de renda para os produtores rurais como, a barganha por melhores preços, a possibilidade de agregar valor ao produto, o acesso ao mercado e a possibilidade de adoção de tecnologia. Todavia, é preciso estudos mais precisos sobre uma possível gestão empresarial que começa a despontar em cooperativas, como a CAISP.

Em Ibiúna, assim como nos municípios que participam do abastecimento do mercado de hortaliças da região metropolitana, os maiores problemas encontrados na relação entre agricultura e comercialização estão associados principalmente à falta de preparo do agricultor em relação à comercialização direta com os compradores, como também ao conjunto de normas impostas pelas instituições privadas e públicasⁱⁱⁱ. Em relação ao despreparo para a comercialização, como verificado em entrevistas de campo, a maioria dos agricultores admitiram não saber vender e, por isso, vendem para os atravessadores/intermediários sua produção, pois não encontram um canal direto com o consumidor.

Nesse contexto, os principais agentes que comercializam as hortaliças saídas de Ibiúna são os: atacadistas (como a CEAGESP), intermediários individuais, pequenos varejistas e as grandes e médias redes de supermercados. Algumas redes de supermercados possuem centrais de compra próprias que adquirem as hortaliças diretamente do agricultor. Na ausência desse canal direto, a figura do intermediário acaba por ter importância e, na medida em que o grau de incerteza aumenta (excesso de oferta), prevalece a venda direta a qualquer intermediário.

Diante dessas informações, os maiores obstáculos averiguados referem-se à ausência de canais diretos de comercialização e aos preços que deveriam ser praticados.

Outro ponto a ser esclarecido diz respeito ainda à CEAGESP, uma vez que o principal objetivo da instituição é o aluguel dos *boxes* (maioria dos contratos por consignação), a mesma não tem nenhum controle na negociação entre agricultor e comprador. Todavia, a organização faz indicações relativas ao controle de agrotóxicos, de armazenagem e de modernização dos produtos, bem como a cotação de preços. Em outras palavras, essa instituição acaba por colaborar na proposta de normas para aqueles que desejam comercializar no local, porém a inspeção fica por conta do comprador e agricultor.

Outro processo que surge na região refere-se às novas formas que fogem da esfera de comercialização da CEAGESP, como é o caso das centrais de distribuição rurais (CDR). Além disso, as variações de preço e normas ligadas ao Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, redes de supermercados, entre outros, impedem os agricultores com pouca capitalização de continuar a trabalhar com a CEAGESP, chegando até mesmo a abandonar a agricultura.

Essas novas centrais de compra e distribuição normalmente são encontradas nos arredores dos grandes centros consumidores. Nelas, a carga é desmontada, processada (limpeza, embalagem e etiquetagem) e remontada, segundo as necessidades de demanda dos compradores. As vantagens da implementação desse sistema giram em torno da redução dos custos de distribuição e estocagem, maior flexibilidade para a prática da segmentação e diferenciação de produto. As orientações transmitidas das centrais aos agricultores apontam basicamente para a necessidade de maior produtividade, regularidade e pontualidade na entrega, o que faz com que os agricultores menos capacitados ou aqueles que não possam fornecer grandes quantidades com regularidade e qualidade, acabem por sair desse mercado (BELIK; CHAIM, sd)^{iv}. As centrais compram as hortícolas, higienizam, embalam, certificam e distribuem os produtos. Possuem sistemas de beneficiamento com autorizações de qualidade, de padronização, de higiene sanitária e de assistência técnica de agrônomos particulares.

Contudo, se, de um lado, essas novas centrais substituem os antigos locais de comercialização, de outro, reproduzem as mesmas insatisfações dos agricultores, colocadas anteriormente. Num território organizado para as empresas, as normas não

oficiais dadas por estas, muitas vezes, tornam-se leis. A densidade normativa intensifica as funções de cada lugar:

[...] É a imposição das leis de mercado e de outras normas globais que, revogando a multiplicidade de marcos normativos nos países e lugares, torna maior a densidade normativa. A densidade normativa é, a um só tempo, causa e consequência do enraizamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação. (SILVEIRA, 2004, p.93).

Em Ibiúna, o poder público utiliza as belezas ditas ‘naturais’ como quedas d’água, parques ecológicos, entre outros, ligados ao meio ambiente para atrair turistas e novos moradores para o município. Diante disso, a reorganização do espaço local é constante e as atividades agrícolas acabam sendo afastadas para áreas mais distantes, assim como novos usos agropecuários começam a se destacar no município, de acordo com as mentalidades coordenadas por um conjunto de agentes, sobretudo, o Estado, as empresas e a imprensa em geral.

Os mais recentes circuitos de produção: hidroponia, orgânicos, criação de avestruz e cabras em Ibiúna

O caso da hidroponia

A partir de experiências no Japão, o sr. Tikamori foi um dos primeiros agricultores a trazer a Ibiúna a produção hidropônica. Sua família, de origem japonesa, veio trabalhar nos cafezais e, posteriormente, na agricultura de hortaliças, após a segunda guerra mundial. Desde criança, o sr. Tikamori trabalha na lavoura. Esteve ligado ao ramo da horticultura convencional, porém, com a queda de preços, em meados da década de 1990, optou por ir trabalhar no Japão, onde permaneceu durante alguns anos. Aprendeu técnicas agrícolas e, na sua volta para o Brasil, implementou-as em sua propriedade.

Há cinco anos está no ramo da hidroponia, ocupando uma área de 45.000 m². Utiliza-se de instrumentos modernos, cujo exemplo são as estufas, que garantem um maior controle de temperatura e eliminação de doenças na alface e rúcula, que são os principais cultivos. Outros instrumentos, ligados às sementes mais resistentes, aos

fertilizantes e às técnicas hidropônicas garantem maior produção numa menor área. Na propriedade, existem inúmeras estufas que garantem que o processo se realize completamente, uma vez que protegem as hortaliças das chuvas e de outros fenômenos climáticos.

Anteriormente, o agricultor comercializava também com a rede Carrefour, mas decidiu cancelar as relações, uma vez que não compensava o esforço, pois as exigências que o supermercado fazia eram maiores que os retornos financeiros.

Outro circuito complementar que está se conformando diz respeito ao conjunto de agricultores-compradores de Atibaia, de Jundiaí, de Campinas, de Mogi das Cruzes e de Vargem Grande Paulista, os quais começam a procurar os produtos hortícolas de Ibiúna. Segundo entrevista com Tikamori, “eles acham Ibiúna o paraíso das hortaliças. Vendemos a preços irrisórios nossos produtos para não passarmos fome e quem ganha são eles”.

Para Tikamori, as vantagens do produto hidropônico são maiores, em relação aos produtos convencionais, pois a produção é mais rápida, o capital de investimento é garantido e a venda é mais estável quando comparada à convencional, já que o produto agrega maior valor, por ser mais limpo e possuir maior durabilidade. Embora o agricultor também trabalhe com a agricultura convencional (em menor escala), a produção de hidropônico é bem maior. Uma vez prontos para a venda, os produtos são embalados e vendidos para os compradores.

O caso da agricultura orgânica (AO): as mudanças de usos de cultivos convencionais para cultivos orgânicos em Ibiúna

No Brasil, ainda na década de 1970, a produção orgânica esteve associada aos movimentos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa em oposição às idéias consumistas da sociedade moderna. Dessa forma, o movimento contrapunha-se ao pacote tecnológico da agricultura moderna (que se baseia na utilização de insumos sintéticos e agroquímicos) que se expandia no território brasileiro.

Com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação mais saudável, houve maior expansão dos produtos orgânicos e, na década de 1980, foram criadas muitas cooperativas de produção e consumo de produtos

naturais, que estão até os dias atuais em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Na década de 1990, estimulados pela ECO 92, propagaram-se os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram mais assiduamente nos supermercados. A existência de um mercado crescente e rentável tem atraído novos empreendedores que visam, essencialmente, aos lucros que podem advir da atividade e, embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento (ORMOND, 2002, p.09).

Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como um dos principais canais de comercialização, apresentando-os como produtos de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados. Todavia, assim como na questão dos agricultores convencionais, a distância entre quem produz e quem consome aumenta.

A cadeia produtiva da horticultura é constituída pelas etapas de: produção de insumos, produção agropecuária (os pequenos agricultores em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização; eventualmente, fazem comercialização direta em feiras) e processamento (empresas, cooperativas ou associações de agricultores que atuam na coleta de produção e fazem seleção, higienização, padronização e envase de produtos e são responsáveis pelo transporte e comercialização da produção, pela distribuição, pelo consumo e pela certificação).

Na atualidade, a produção da Região Sudeste representa 60% da produção orgânica brasileira (RODRIGUES, 2006) e Ibiúna segue consolidando-se entre um dos principais municípios que ganham força nesse ramo da horticultura.

A certificação é o resultado de trabalhos desenvolvidos por organizações não-governamentais (associações e cooperativas de produtores e consumidores) que estabeleceram padrões e normas internas para produção e comercialização da agricultura orgânica e criaram selos de garantia para seus produtos (selos de certificação), direcionados principalmente ao mercado interno. À medida que os agricultores passaram a ter interesse no mercado exportador, surgiu a necessidade de certificação dos produtos por instituições de reconhecimento internacional.

Para que isso fosse possível, a produção, o armazenamento e o transporte teriam que obedecer aos padrões internacionais. A fim de regulamentar o setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabeleceu pela Instrução Normativa 007/99, de 17 de maio de 1999, as normas disciplinares para produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade de produtos orgânicos, sejam eles de origem animal ou vegetal. Os procedimentos constantes da referida instrução estão em sintonia com os praticados na maioria dos países da Europa, bem como nos Estados Unidos e no Japão. Em 2002 atuavam no Brasil, cerca de 19 certificadoras, das quais 12 eram de origem nacional e sete estrangeiras (ORMOND, 2002).

As organizações ligadas aos certificados tornam-se, gradativamente, mundiais e buscam, na normatização, um instrumento de controle eficaz no modelo de produção orgânica. Todavia, acabam por excluir e até mesmo retirar da agricultura os produtores que não conseguem inserir-se nessas normatizações.

Há, todavia, uma certificação alternativa, dada por associações de agricultores orgânicos. Tem sido uma via de comunicação e sobrevivência para muitos agricultores. Contudo, há uma limitação na medida em que seus produtos não podem sair do país se não tiverem a certificação dada por organismos mundiais. A falta desse certificado restringe a atuação comercial do agricultor aos nichos de mercado mais próximos, como é o caso de relações de vizinhança, parentais e redes de supermercados de pequeno e médio porte.

Conforme informações do Sindicato Rural, Ibiúna está se consolidando como o maior produtor de agricultura orgânica do Estado de São Paulo. Se, por um lado, todas as propriedades possuem certificações, por outro, apresentam os mesmos problemas da agricultura convencional, sobretudo, em relação ao preço de seus produtos, que se igualam aos custos que têm para produzi-los. Entretanto, os maiores beneficiados nessa relação são, sem dúvida, os intermediários e as grandes redes de atacado e varejo que sobrevalorizam o produto de três a quatro vezes a mais que o preço dado ao agricultor.

Alguns aspectos que colaboraram para a inserção de Ibiúna no ramo da AO, dizem respeito às novas mentalidades, assim como, ao fato das tradicionais atividades agrícolas continuarem a degradar a qualidade das águas do Rio Sorocabaçu. Soma-se a isso o elevado custo da produção convencional, a queda de preços e os problemas de

comercialização, tornando inviável a continuidade da agricultura convencional. Porém, a maioria dos agricultores de Ibiúna continua a pertencer ao setor convencional de produção hortícola.

É interessante ressaltar que Ibiúna apresenta mais de 40% da superfície total (1.093 km²) inserida na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica. Abriga parcelas importantes de Áreas de Proteção Ambiental (APA), como da Serra do Mar, criada em 1984, do Parque Estadual de Jurupará, decretado em 1992, e da Zona de Vida Silvestre, criada em 1984. Devido à especulação imobiliária intensa, as áreas protegidas acabam sendo ocupadas e dão lugar a loteamentos, a pastagens e a atividades ligadas à horticultura.

Em Ibiúna, as normas, por exemplo, ligadas à legislação ambiental, têm motivado discussões acirradas, devido ao caráter vertical com que foram impostas. A lei garante que essas áreas sejam protegidas, todavia, no cotidiano do município, o que se percebe é a degradação e sua ocupação. Outro problema encontrado diz respeito à represa de Itupararanga, transformada em *APA de Itupararanga* em 1998. A represa abastece, além de Ibiúna, os vários municípios vizinhos, com um total de abrangência de 63% do abastecimento de água à população da bacia do rio Sorocaba, bem como todas atividades agrícolas vizinhas. Contudo, a degradação acelera-se na medida em que aumenta o contingente populacional.

Basicamente, são quatro organizações envolvidas com a AO no município e que integram todos os agricultores do ramo: A APPRI (Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna), a empresa Horta e Arte, a APPOI (Associação dos Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna) e a CAISP. Na realidade, independentemente da inserção em quaisquer dessas organizações, os agricultores responsabilizam-se por todos os encargos da produção, da assistência técnica e da certificação.

As redes de comercialização dessas organizações estão associadas ao mercado da região metropolitana, ficando para os supermercados e lojas especializadas os principais meios de escoamento da produção que se destina a uma classe socioeconômica com maior poder.

Os agricultores orgânicos de Ibiúna possuem relações com instituições de pesquisa. Dentre elas, a EMBRAPA o SEBRAE- SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e com a união dos próprios agricultores, uma vez que se

filiam à associações como forma de fortalecimento da produção e comercialização de seus produtos.

As relações de venda são bastante problemáticas para os agricultores orgânicos de Ibiúna. Por exemplo, os compradores pagam aos agricultores em torno de R\$ 3,00 o quilo de tomate porém, ao chegar na prateleira dos supermercados e setores especializados, o consumidor final poderá pagar um preço de até R\$ 12,00 o quilo. Uma vez colocados nas bandejas, o preço pode ser valorizado. Entretanto, os custos de produção e de trabalho também aumentam.

A formação do valor e da mais valia são os pilares da economia de mercado, dominantes do sistema capitalista, “O processo da formação do valor e da mais-valia é o nível mais profundo, dominante, da realidade concreta do sistema capitalista – o das relações sociais de produção que o constituem”. (GODELIER, [199-], p.95).

O caso dos recentes usos agropecuários em Ibiúna: a caprinocultura e a estrutuicultura

Outras atividades ligadas ao espaço agropecuário de Ibiúna começam a se destacar, como é o caso da caprinocultura e estrutuicultura. Os pioneiros a se lançarem em Ibiúna são pessoas que vieram da capital paulista e começaram o negócio por influência do mercado, não tendo nenhum contato direto com essas atividades anteriormente.

Comercializam diretamente suas mercadorias com médias e grandes redes de supermercados, grandes hotéis (Transamérica e Bourbon), redes de frigoríficos (Perdigão) e mercados, padarias, mercearias da capital, Ribeirão Preto, Jundiaí e Araraquara. Nas duas propriedades, há adequação de instrumentos de produção, de mão de obra especializada, ausência de incentivos governamentais, empréstimos de bancos privados, familiares e funcionários revezam no trabalho e utilizam tecnologias modernas no processo de produção, como é, por exemplo, o caso dos avestruzes em que todos possuem *chips* de identificação que indicam a idade do animal, sexo e proprietário, graças a um projeto vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Nesses novos usos agropecuários, foi possível perceber que, na realidade, a preocupação com a rentabilidade econômica é a causa principal, e o território, mais uma vez, é usado enquanto recurso para fins particulares.

As formas de ocupação socioeconômica nas áreas rurais estão associadas aos novos ou recriados usos do tempo e do espaço, como indica Graziano Silva et al. (2002). São introduzidos novos usos na mesma atividade, isto é, são recriadas formas a partir de: nichos especiais, cadeias produtivas com novas bases técnicas, integração ao circuito das mercadorias (articulação com supermercados, comercialização sob encomenda), nova divisão do trabalho, surgimento de novas hortaliças e agregação de valor formando os principais seguimentos que fornecem características à idéia de um novo rural: “É como se houvesse uma busca incessante dos capitais para se converter em mercadorias todas as atividades com valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades”.(GRAZIANO SILVA, et al. 2002, p.41)

Em Ibiúna, atividades como os pesque-pague ganham cada vez mais espaço. São mais de 30 propriedades do tipo espalhadas pelo município. As atividades domésticas e de construção civil e o turismo rural são outros setores de atividades que vêm crescendo. Da mesma forma, muitas pessoas que trabalham na lavoura complementam a renda familiar com atividades não agrícolas, caracterizando-se o que se entende por pluriatividade:

[...] um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar. (MARAFFON, 2006, p.27).

Os agentes hegemônicos penetram nessas atividades por meio de financiamentos, dados por intermédio de empréstimos bancários, de infra-estrutura, como também atuam no destino das mercadorias. Estão presentes nas atividades agropecuárias de Ibiúna, desde o início do processo, como é o caso das atividades da caprinocultura e da estruticultura, que requerem instrumentos de produção modernos. Mas, é no processo de comercialização que se dá, com mais evidência, a atuação desses agentes, pois quem compra a produção desses pequenos agropecuários são as grandes redes de comércio, uma vez que o acesso é restrito, devido aos preços altos dessas mercadorias.

Conseqüentemente, esses produtos são adquiridos por consumidores que têm um maior padrão econômico.

Os conflitos do passado que se estendem na contemporaneidade: produção do espaço banal desigual

A partir das ações globais, são transmitidos os principais conteúdos difundidos pela *informação* que é o evento principal da contemporaneidade que alcança todo o território, mesmo que de forma diferenciada. Essa diferenciação dos vetores da globalização nos lugares é possível devido às relações históricas do lugar ligadas ao prático-inerte^v. Somado a isso é necessário entender o grau de disposição das pessoas e dos lugares para receber os vetores modernos. Nesse sentido, o local e o global complementam-se e se contradizem.

Mais que abastecer o mercado interno, as racionalidades hegemônicas buscam a modernização da economia rural e o aumento da composição técnica e orgânica do capital na agricultura (SANTOS, 2003, p.190). Os velhos problemas persistem nas paisagens do território brasileiro. Dessa forma, a ação no mundo rural, carregada pelo viés da modernização técnico-científica e comandada pela informação, predomina como manchas no território e o Estado e as grandes corporações empresariais dão o sentido do que entendem por moderno.

O que aconteceu, de fato, foi um aumento das possibilidades técnicas, porém estas continuam a privilegiar poucos sujeitos sociais, mesmo sabendo que a própria técnica, quando direcionada para o bem estar humano, pode transformar e dignificar a existência humana e ser um instrumento de libertação. Todavia, os usos técnicos e científicos são apropriados para outros fins, tornando a parceria modernização e tecnocracia um instrumento opressor para a maioria da sociedade brasileira:

modernização e tecnocracia, sendo sinônimo nas condições atuais, o movimento para a concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica [...] O resultado entretanto, é o contrário: pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso, não podemos negar, constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios. (SANTOS, 2004, p.282).

Dentro da discussão filosófica da razão, Weber (2000) aponta um caminho sem saída que a racionalidade moderna, *racionalidade dos fins*, reserva para a sociedade, enquanto Habermas (1988) tenta construir a emancipação social a partir de um discurso que tem como fundamento a *razão comunicativa*, mediada por símbolos e pela linguagem que pode vir a ser uma alternativa à modernização vertical das coisas e dos homens.

Ao pensar nessas reflexões dentro da ciência geográfica, é necessário que se entenda que a *racionalidade instrumental* conduz caminhos para determinados fins. Todavia, há outros tipos de racionalidades, como aquelas que Santos (1996) chama de *contra-racionalidades*, capazes de denunciar a fragmentação dessa razão instrumental, que reduziu as relações sociais ao nível da individualidade, do consumo etc. Nesse sentido, as ações cotidianas estabelecidas no lugar funcionam como solidariedades capazes de mudanças, a partir de um bem comum social. Assim, são estabelecidos códigos no lugar, que, embora submetidos aos comandos dos agentes hegemônicos, são capazes de construir identidades que buscam novas formas de existências que transcendam às atuais.

No que diz respeito ao espaço agrícola, marcado por desigualdades, os agentes hegemônicos e os pequenos agricultores entram em conflito, mas de uma forma ou de outra há, “*Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam, de modos múltiplos, frações de capital e trabalho*” (SANTOS, 2003, p.143). Constituído por relações entre agentes hegemônicos e hegemônizados, o espaço agrícola de Ibiúna mantém contradições que aparecem nas condições de trabalho na agricultura, nas condições de mercado e comercialização, assim como na apropriação do trabalho pelas grandes empresas envolvidas com a agricultura.

O trabalho familiar aparece nas propriedades visitadas. Contudo, há também funcionários temporários ou efetivos que colaboram nas atividades agropecuárias. O assalariamento se dá, sobretudo, em propriedades mais ligadas ao grande mercado, como é o caso da hidroponia, da maioria dos agricultores orgânicos, convencionais e ligados à pecuária. Nesses estabelecimentos, a ação dos agentes hegemônicos se faz mais presente, o que obriga esses lugares serem mais racionalizados em relação às demandas desses agentes.

A tríade técnica-ciência-informação influencia no comportamento humano e nas condições existenciais humanas bem como no dinamismo do espaço geográfico. Diante disso, a nova ordem global torna o território brasileiro modernizado parcialmente, pois acompanha os ritmos mundiais, enquanto as contradições dessas modernizações espalham a escassez existencial:

o território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque acolhem os vetores da globalização, que passam por eles para impor essa nova ordem – que eu espero seja passageira. Mas, de outro lado, produz-se a partir de cada lugar a contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados, isto é, de pessoas que não têm como se subordinar permanentemente à racionalidade hegemônica e que estão juntas, como parte de uma vizinhança. (SANTOS, 1999)⁶.

Assim, em Ibiúna, existem variadas formas e funções que indicam quais os processos determinantes que configuram a paisagem da atualidade. De certo modo, o Estado e o mercado foram os protagonistas das transformações socioeconômicas daquele município, que ganhou força a partir das ações dos sujeitos sociais que decidiram ali instalar-se. As normas estatais e mercadológicas acabam por impor, no território brasileiro, um conjunto de ideologias modernizadoras capazes de incentivar o que eles alegam ser fundamental para o progresso do país. É de Mónica Arroyo (2005), a pergunta: a porosidade e a fluidez do território serve para quem? Na contemporaneidade das ações o território estaria mais direcionado a ser usufruído pelos agentes hegemônicos.

As ideologias são colocadas como imprescindíveis para o desenvolvimento dos lugares. Ideologias do crescimento e do consumo são os motores das novas formas de produção (SANTOS, 1992).

A questão das normas sempre foi de extrema importância para se entender a configuração territorial brasileira. Na contemporaneidade, o que se percebe é a constante normatização que grupos com poder e influência acabam por impor no território, atingindo aos demais agentes sociais. Não diferente acontece em Ibiúna, com as normas na agricultura, nos comportamentos, nas legislações ambientais etc.

A modernização está presente em Ibiúna por meio da instalação da FAMEC (Faculdade de Educação e Cultura Montessori), dos institutos de pesquisas como a EMBRAPA e a APTA (Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios), na modernização dos sistemas de engenharia, na rede de bancos e nos movimentos de

pessoas que circulam em Ibiúna e que, de alguma forma, possuem relações com o município.

A tecnificação do território, entendida a partir de uma organização sistemática de ações e objetos geográficos, a fim de possibilitar um uso territorial e social para todos os homens, é invertida na medida em que os agentes hegemônicos querem o território cada vez mais racional e eficaz para usos exclusivamente corporativistas e mercantilistas. Todavia, a técnica inerente à sociedade humana pode constituir-se como instrumento de libertação.

Considerações Finais

Acreditava que, a partir da mudança produtiva da agricultura, sobretudo, a partir do pós-segunda guerra, (momento da difusão do período técnico científico e informacional) colaboraria para a transformação socioeconômica e melhoria do bem-estar da sociedade, o resultado não foi o previsto. As transformações da agricultura ficaram restritas à absorção das novas tecnologias cujo fim era a obtenção de aumentos da produção e da produtividade. Por outro lado, a proposta de desenvolvimento social nas relações com os agricultores e moradores das áreas rurais não sofreu grandes mudanças.

Assim em Ibiúna, o *acontecer complementar* apresenta a intensidade de relações sociais entre a cidade e os demais lugares próximos, que fortalecem as ações de comando do lugar. A existência dessas relações integra o município dentro de uma rede de lugares e de ações que são iniciadas desde o pequeno agricultor até a grande empresa de insumos. Um conjunto de *verticalidades e horizontalidades* (SANTOS, 1996), dá o comando às diferentes formas que os lugares do território brasileiro assumem por meio das ações políticas, culturais, históricas e econômicas no espaço banal. A busca por condições existenciais mais humanas faz do território um ente fundamental e indispensável para a realização da existência humana plena. A modernização pela qual se dá no território não apresenta grandes avanços na diminuição da pobreza e da fome, mas, se houver mudanças de mentalidades, uma nova modernização inspirada no

homem e no *território usado* como princípio e fim, pode modificar o território como um componente a serviço da sociedade.

Notas

¹ O EDR é uma proposta de regionalização do Estado de São Paulo com base nas atividades agropecuárias. Estão divididos entre os municípios de: Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Catanduva, Dracena, Fernandópolis, Franca, General Salgado, Garatinguetá, Itapetininga, Itapeva, Jaboticabal, Jales, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi-Mirim, Orlândia, Ourinhos, Pindamonhagaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Tupã e Votuporanga (IEA, 2006). Disponível no site <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>> Acesso em 28/07/2006.

² Entrevista realizada por nós, no dia 08 de outubro de 2006, concedida por Hélio Watanabe, responsável pelo controle de produção e comercialização da CEAGEESP.

³ Em relação à esfera pública, tem-se como órgãos de controle legais: 1º. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária pertencente ao Ministério da Saúde. 2º. MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego. 3º. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 4º. INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. 5º. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEAGESP – Centro de Qualidade em horticultura. Produto em Ordem. Circular técnica. CQH, n° 13, maio/2006).

Outros órgãos como a prefeitura municipal de São Paulo decidiram por meio de decretos que, a partir de fevereiro deste ano, fica proibido o manuseio de alimentos como hortaliças, por meio de caixas de madeira. Os agricultores deverão armazenar suas mercadorias em caixas de plástico ou de papelão (JORNAL DO ENTREPOSTO - CEAGESP, fev, 2007).

⁴ Instituto de Economia da Universidade de Campinas - SP. Disponível no site <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Texto sem data. Acesso em: 15/01/2007.

⁵ O prático-inerte do qual trata Sartre refere-se às experiências individuais e sociais cristalizadas no passado e que constituem formas sociais. Milton Santos estende a idéia para o espaço no sentido de que as formas espaciais do passado também fazem parte desse prático-inerte (SANTOS, 2002, p.317).

⁶ Revista Teoria & Debate. Referente aos meses de fev/mar/abr, 1999b. Texto sem página. Disponível no site <<http://www.geocities.com/madsonpardo/ms/entrevistas/mse08.htm>> Acesso em 15/02/2007.

Referências

ARROYO, Maria Mônica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA Maria Laura (Org). **Continente em chamaz:** globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-242.

BELIK, Walter; CHAIM, Abrahão Nuria. **Formas híbridas de coordenação na distribuição de frutas, legumes e verduras no Brasil.** Campinas: Instituto de Economia. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo173.htm>> Acesso em 15/01/2007.

CEAGESP, Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo. **Produto em ordem.** Centro de Qualidade em horticultura. Circular técnica: CQH, n. 13, maio/2006

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [199-].

GRAZIANO DA SILVA, José et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: v. 19, n.1, 2002, p-37-67. Disponível em: <<http://www.atlas.sct.embrapa.br.pdf>> Acesso em 02/09/2006.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Racionalidad de acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1988.

JORNAL DA ECONOMIA. **Cooperativa agropecuária de Ibiúna abastece o mercado de São Paulo e Baixada Santista**. São Paulo: São Roque, 2005. Disponível em: <<http://www.jeonline.com.br/regiao/regiao>> Acesso em 18/01/2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Alves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradutores: Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão técnica: Célia Neves.

MARAFON, Gláucio José. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. In: Campo-território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/> Acesso em: 27 out. 2006.

ORMOND, José Geraldo Pacheco (Org.). **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível em: <http://www.naturalrural.com.br/conteudo/agricultura_organica.pdf> Acesso em: 15/12/2006.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. Gestão ambiental de atividades rurais: estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.53, n.1, p. 17-31, jan./jun. 2006.

SAA, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Plano Diretor**. In: Instituto Agrônômico (IA). Centro de Análise e pesquisa tecnológica do agronegócio da horticultura, 2002. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/Centros/Horticultura>> Acesso em 29/03/2006.

SANTOS, Milton. _____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Manoel. **Vargem Grande:** organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano. 175 folhas. Dissertação. (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/ USP, 1969.

SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império? **Revista Terra Livre** (AGB), Goiânia, v. 2, n. 23, p. 87-96, jul./dez. 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradutores: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UNB, 2000.
